

Adiamento da troca para depois de 30 de novembro já não é descartado

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

A equipe econômica do governo já não descarta a possibilidade de ter de adiar, para depois do dia 30 de novembro, a data efetiva da troca da dívida externa velha pelos novos bônus da reestruturação negociados com os bancos credores internacionais. Esta hipótese começa a ganhar força, em face da insistência do Tesouro norte-americano de apoiar o programa de refinanciamento da dívida externa brasileira com a condição de que o País acerte um acordo do tipo "stand-by", em termos clássicos, com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A alternativa de se encontrar até 30 de novembro um arranjo com o FMI que encaixe a negociação de metas consistentes, no curto espaço de três meses, com as exigências do Tesouro norte-americano não está ainda totalmente fora de cogitação. O governo brasileiro continua trabalhando no sentido de aceitar tudo até 30 de novembro, mas esta possibilidade está ficando cada vez mais remota.

O arranjo que poderia ser buscado com o FMI em substituição a um "stand-by" clássico — que tem metas trimestrais pré-definidas e desembolsos

também trimestrais face ao cumprimento das metas — não foi ainda definido. Na verdade, depende de vontade mais política do que técnica dos governos que influenciam no FMI, principalmente dos Estados Unidos. Se esta condição de boa vontade for atendida, estaria aberta, a perspectiva de alinhar com o Fundo um acordo de monitoramento com alguns ingredientes que lhes dessem mais substância como, por exemplo, a vinculação a uma aprovação por parte do "board" de diretores do Fundo.

Do ponto de vista externo, o Brasil precisa do suporte do Tesouro norte-americano na emissão especial dos "zero coupon bonds" que vão dar suporte de garantia ao "par bond" (bônus ao par) e ao "discount bond" (bônus de desconto) da proposta de reestruturação da dívida. Situação semelhante de exiguidade de tempo para selar um entendimento com o FMI (neste caso, envolvendo um acordo do tipo EFF, "Extended Fund Facility") foi vivida pela Argentina. Este país foi obrigado a entrar em entendimento com seus bancos credores privados e acabou postergando em mais de um mês a data de efetivação do acordo de reestruturação de sua dívida externa, enquanto não a-

certou um acordo com o FMI.

O tempo é curto, na verdade, para que se possam garantir internamente medidas de peso para o ajuste fiscal que está sendo exigido por organismos multilaterais, governo norte-americano e FMI. Na sexta-feira, o negociador da dívida externa, André Lara Resende, comentou a saída de uma reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que medidas na área fiscal, além daquelas contidas no Plano de Ação Imediata (PAI), poderão ser anunciadas pelo governo até o final do ano. Algumas medidas poderiam ser anunciadas antes da revisão constitucional (e, naturalmente, independentemente da revisão), enquanto outras poderiam ficar para depois da revisão, indicou ele, conforme despacho da agência Brasil.

Nesta segunda-feira, Lara Resende estará em Londres para uma audiência com o presidente do Banco da Inglaterra (o banco central), Edward George. O futuro presidente do banco central, Pedro Malan, estará participando da conversa, que vai girar em torno da possibilidade de aquela instituição concordar em ser a "guardiã" das sobras da reconciliação da dívida externa até que apareçam

os credores legítimos destas sobras. O processo de reconciliação da dívida contratada com bancos privados internacionais (não incluindo as negociações do projeto de dinheiro novo de 1988) indica hoje que cerca de US\$ 35 bilhões são o valor aproximado que vai envolver a troca da dívida velha pelos novos bônus oferecidos aos credores.

Poderão surgir, no entanto, diferenças. Neste caso, os recursos seriam contabilizados em uma conta específica à espera de que algum credor reclame o direito sobre o dinheiro. O Banco da Inglaterra desempenhou o mesmo papel no acordo de reestruturação da dívida argentina.

De Londres, Lara Resende e Malan seguem para Nova York, onde terão uma reunião, no dia 7, com o comitê pleno de bancos credores, reunindo os representantes das dezenove instituições bancárias internacionais que ali têm assento.

O trabalho de redação dos contratos está praticamente no fim, e Malan acha que possa ser fixada a data de 30 de setembro como referência para o início do processo de coleta de assinaturas dos vários bancos credores. É preciso atingir a massa crítica de 95% do valor da dívida a ser reestruturada. Esta coleta de adesões demora um pouco, mas acredita-se que possa estar concluída antes do final de novembro. Antes da data de 30 de novembro, prevista em princípio para o acerto final com os credores, os contratos deverão ser assinados.